

Opinião



M. RIBEIRO FERNANDES



EDUARDO JORGE MADUREIRA LOPES

Cultura do encontro

1. O Papa Francisco tem referido, várias vezes, que é necessário criar uma *cultura do encontro*. Ainda o fez no dia 5 de fevereiro, realçando os valores da convivência, a propósito da final do “*Superbowl*”, nos EUA. Que se pode entender por cultura do encontro? Algo que parece tão simples, mas que é um caminho de evolução de que não se vê o fim, como aprender a ser humano, aprender o espírito de abertura ao outro, o convívio, a cultura do diálogo, a amizade, a tolerância, a compreensão, a solidariedade, tudo isto que aproxima as pessoas e as torna mais humanas, melhora o entendimento, minimiza a conflitualidade, constrói a alma da vida em sociedade e a torna mais tolerante às diferenças. Da amizade ao bem-estar vai o passo da saúde, sabendo-se que 85% das doenças são de etiologia psicossomática. Na prática, esta cultura do encontro pode acontecer, de modo informal, no dia a dia ou em eventos onde se encontram várias pessoas e acontecem simpatias ou nascem amizades, ou entre grupos de amigos já constituídos que se encontram de tempos a tempos.

Uma forma de desenvolver a nossa consciência de humanidade é começar por aprender e aceitar a diversidade. Em política, designa-se por tolerância.

2. Para além desta base elementar da cultura do encontro, que genericamente se pode designar por *grupos de amigos*, há um outro nível que procura ir mais além na formação da consciência da relação humana que são os *grupos de encontro*. Partem dessa base elementar da cultura do encontro e procuram alargá-la através da sua própria experiência de vida nos encontros que realizam. Hoje, como noutras épocas mais sensíveis, esta aprendizagem do humano torna-se cada vez mais necessária para se viver em comunidade. Ainda há dias o dizia o diretor do Departamento de Educação da OCDE, Andreas Schleicher, numa entrevista publicada no “Observador”: «*precisamos de aprender a desenvolver em grupo as competências sociais e emocionais que nos ajudam a viver e a trabalhar juntos e que são cada vez mais importantes para o sucesso no trabalho e na vida, para trabalhar em equipa e para saber gerir emoções. Estas competências sociais desempenham um papel essencial em todas as fases da vida e, juntamente com as capacidades cognitivas, ajudam a equilibrar e a definir a nossa personalidade e a criar traços de carácter como a perseverança, a empatia, a resiliência, a ética, a coragem, a liderança*».

Ao nível do ensino, esta mudança também se tor-

na urgente para que a dimensão do humano em sociedade se desenvolva. Antes, valorizava-se sobretudo a sabedoria recebida do mestre e o ensino era mais passivo, cada um contava mais por si; hoje, pretende-se que o ensino seja mais participado, o futuro será sobre a sabedoria gerada por cada um em grupo. Não apenas ouvir o mestre, o elo da cadeia do passado, mas também eles próprios, com o mestre, construir o presente. Um ensino mais participado e centrado no aluno. E menos diretivo, como diria Carl Rogers no seu livro “*Tornar-se Pessoa*” e na influência que teve (e tem) nos grupos de encontro.

3. Uma forma de desenvolver a nossa consciência de humanidade é começar por aprender e aceitar a diversidade. Em política, designa-se por tolerância. Isto não significa que se minimize a individualidade, porque tal só é possível a partir da criatividade e afirmação pessoal de cada um, vivida no grupo. Os grupos de encontro podem ser um instrumento para valorizar esta aprendizagem social do indivíduo. Teoricamente, os grupos de encontro não têm qualquer carácter religioso. Esta dúvida talvez venha do facto de Rogers usar bastante uma linguagem qualitativa. A origem académica e técnica dos grupos de encontro reporta-se ao psicólogo alemão Kurt Lewin, de ascendência judaica, que foi viver para os Estados Unidos da América para fugir à perseguição nazi e aí foi professor em várias universidades, inclusive no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), onde desenvolveu a sua Teoria de Campo em Psicologia. Aliás, a primeira aplicação do T.Group (assim era designado antes de se chamar grupo de encontro) foi no campo da indústria e depois na área da saúde. E depois foram-se alargando a todas as áreas sociais.

Em geral, constituem-se por afinidades de vida ou de passado ou por desejo de procura de descoberta de crescimento na expressão da sua personalidade. Reúnem-se de forma mais ou menos sistematizada para aprenderem a viver e saborear melhor a amizade em grupo ou os projetos de vida que os unem, partilham a sua cultura comum, aprendem a comunicar melhor uns com os outros e a respeitar as diferenças, a reforçar a sua afirmação pessoal, a fortalecer as relações pessoais entre si, a ler com sentido crítico a sociedade e as tradições que a marcaram.

(A continuar)

OS DIAS DA SEMANA

O mercado das barrigas

A s “barrigas de aluguer” – ou “ventres de aluguer”, como em Espanha se diz – são, como se sabe, um tema controverso. Problemática é, desde logo, a designação. O provedor do leitor do diário espanhol *El País*, Tomàs Delclós, recebeu, em certa ocasião, cerca de duas dezenas de protestos contra o uso da expressão “ventre de aluguer” por ser considerada ofensiva da mulher gestante e dos filhos. A presidente do Comité de Bioética, a filósofa Victoria Camps, inquirida a propósito dessas queixas, disse não ter encontrado qualquer intenção vexatória na terminologia. Mas para evitar sarilhos, o provedor do leitor considerou preferível o uso do eufemismo rebuscado “ventre subrogado”, apesar de Victoria Camps ter considerado que “ventre subrogado” é menos compreensível do que “ventre de aluguer”.

Não acolhendo a sugestão, Beatriz Gimeno, militante política de esquerda espanhola, publicou na quinta-feira no *El País* um texto de opinião insurgindo-se contra os “ventres de aluguer”: “O único argumento que esgrimem os partidários da regulação dos ventres de aluguer é a liberdade individual. Também falam de um suposto direito a serem pais/mães, mas toda a gente concordará que tal direito não existe se se opõe aos direitos de outras pessoas. Não existe o direito de usar uma mulher para que alguém satisfaça o que é um desejo, legítimo, compreensível, mas um desejo. Comprar uma gravidez, um órgão, sangue, óvulos, córneas... não é um direito de seja quem for”.

Afirma Beatriz Gimeno que converter os desejos em direitos é o que faz o neoliberalismo, “desde que se pague, claro”. De resto, constata ela, não temos conseguido fazer com que se concretizem verdadeiros direitos (à habitação, ao trabalho, à saúde, etc.). Em vez disso, caminhamos muito rapidamente para a consolidação do único direito que o capitalismo reconhece: o direito de consumir.

A articulista coloca a questão sob o prisma económico. “Sempre que alguém reivindica o direito a comprar, num mundo de desigualdade brutal como este, o que está a fazer é exigir que alguém lhe venda aquilo que deseja. Sempre que um mercado se abre, o que se faz é obrigar os pobres a entrar nele e a vender o que nunca venderiam se não se vissem na posição de o ter que fazer. E uns e outros nunca se encontrarão em posições similares ou intercambiáveis. Assim, se abrir o mercado de órgãos, os ricos vão comprá-los e os pobres serão forçados a vendê-los”.

O texto “*Mercado de ventres*” termina chamando a atenção para a circunstância de ser suspeita a facilidade com que muita gente, perfeitamente conhecedora da relação entre o mercado, a desigualdade e a liberdade individual, assume, sem quaisquer problemas, que os corpos das mulheres podem ser objecto de compra e venda. “E fá-lo, aliás, esgrimindo com a liberdade individual”, nota Beatriz Gimeno, feminista e deputada do Podemos (partido congénere do Bloco de Esquerda) na Assembleia de Madrid.

As “barrigas de aluguer” têm sido denunciadas de um ponto de vista de esquerda por se considerar que “o corpo humano deve servir de dique ao neoliberalismo”. Assim como não se compram e vendem órgãos do corpo humano, também o útero deveria ser preservado da condição mercantil.

Mesmo que se admita que possa haver quem, excepcionalmente, seja capaz de ceder generosamente o seu ventre, é difícil crer que o corpo feminino não se venha a transformar num mero instrumento para obter algum provento monetário; à socapa, claro, se o benefício não for legalmente admitido.